

**De porta-voz do chefe a solitário anônimo:
as ficções de Rosário Fusco entre história e política**

Daniel Faria

Em 1940, Rosário Fusco publicou a versão mais próxima do que seria então o discurso oficial sobre a literatura, o livro *Política e Letras*. Em pleno Estado Novo, o escritor que estreara anos atrás como poeta nas trilhas do modernismo em Minas Gerais, seria ainda responsável pela seção de história literária da revista *Cultura Política*, ali participando também como porta-voz de Getúlio Vargas, na seção “O Pensamento do Chefe de Governo”.

Política e Letras era uma revisão da história da literatura no Brasil, abrangendo do romantismo aos anos 1930. No livro, Rosário Fusco retomava um tema que já se tornara lugar-comum no pensamento sobre o Brasil, o de que, ao menos até 1930, as idéias produzidas no país não tinham qualquer relação com a sua realidade. Segundo o autor, até a suposta revolução liderada por Vargas, os intelectuais do país viviam encantados com a mera aparência dos discursos europeus, em estado de permanente ilusão. Do ponto de vista político, isso surgia como um pendor para as utopias e para o liberalismo, para o desejo de construir a civilização, mas num país em que a população seria incivilizada, degradada moral e etnicamente. Ilusão pensada então como tendência para a incapacidade de distinção entre o real e a aparência, numa sedução puramente estética que conduzia ao abandono da verdade. Ainda segundo Rosário Fusco, a literatura passava pelo mesmo tipo de defasagem. Os escritores, apenas percebendo a beleza superficial das palavras, atraídos pela forma sem fundamento, sem perceber que a literatura deveria dizer algo sobre a realidade que a cercava. Ambas, literatura e política, não constituindo um enfrentamento com o real, mas sim uma *sublimação*.¹

Na verdade, aqui Rosário Fusco não trazia qualquer novidade. Alceu Amoroso Lima já vinha afirmando, desde a década de 1920, que a literatura brasileira era incapaz

¹ Nas palavras do autor, página 51.

de dar um sentido à realidade nacional.² Autores que depois seriam denominados “modernistas” também faziam o mesmo tipo de interpretação. Assim, por exemplo, em 1924, Graça Aranha propôs à Academia Brasileira de Letras que esta proibisse em seus concursos obras que fizessem referências à mitologia clássica, afirmando que esta seria, no Brasil, “mera ficção literária”. O que importa aqui é perceber que a noção de realidade aplicada à literatura por estes críticos tinha ressonância num vocabulário mais abrangente, uma vez que a noção de real, necessariamente, tinha conotações sociais e políticas. A literatura seria então apenas uma faceta de uma sociedade incapaz de dizer o seu *real*. Incapacidade tratada numa leitura de cunho também psicologizante e metafísico, no sentido de que a realidade não seria percebida devido à suposta ausência de uma “consciência nacional”. Daí o recurso a termos como *sublimação*, *alienação* etc.

Rosário Fusco traria, porém, uma contribuição ao dizer que em 1922 um movimento iniciara a tarefa da desalienação nacional, embora, em seu ponto de vista, em atitude excessivamente iconoclasta. Mas o fato é que, de acordo com Rosário Fusco, a, também suposta, revolução “modernista” trouxera à baila a necessidade de que a literatura brasileira se abrisse para as demandas do *real*. Ainda segundo o autor, tais demandas ganhariam contornos nítidos, num processo de conscientização nacional, a partir da revolução política de 1930. Isto se deveria principalmente à “monstruosa genialidade” Vargas, que teria dado voz plena aos desejos populares antes apenas instintivos, dispersos, inconscientes. Com a ação de Vargas, o primeiro modernismo libertador fora substituído por outro:

A revolução política assinalou, portanto, uma trégua na revolução literária. Normalizada a situação do país, verificou-se nas letras uma espécie de balanço correspondente àquele que a revolução impusera à sociedade e às instituições nacionais. E a depuração se fez, nas letras como na política, corrigindo os erros cometidos nos primeiros momentos em nome do entusiasmo da vitória obtida. Verificou-se que era preciso moderar a fúria inicial, durante tanto tempo sustentada contra tudo e contra todos. De outra, constatou-se que o caminho a percorrer era diverso e não aquele que vínhamos trilhando, com tanta pressa, sem atentarmos, convenientemente, para as pedras que havia no caminho. E

² E o próprio Rosário Fusco indica, por exemplo, *À margem da história da república* como leitura indispensável.

começamos um segundo modernismo, mais espontâneo do que o primeiro, valendo-nos das lições que a experiência dele nos deixara.³

Efeito da ação estatal, que criara condições materiais para a visão adequada da realidade nacional, o modernismo em sua segunda fase se tornara menos destruidor, mais construtivo. Daí, segundo o autor, o fato de a poética dos anos 1930 não se pautar por escolas ou movimentos. O Estado garantia a cada autor, individualmente, a livre expressão de sua sensibilidade, além de sustentar a possibilidade da observação direta da realidade, sem as ilusões que teriam marcado o romantismo, as utopias e o liberalismo. Os escritores dos anos 1930 não teriam opções literário-partidárias, porque sua escola era a própria realidade. Aliado a isso, o condutor das massas Getúlio Vargas, futuro membro da Academia Brasileira de Letras, dava aos intelectuais o mais efetivo apoio no sentido profissional. Prova disso, ainda segundo Fusco, era a explosão do mercado editorial, com a emergência das grandes editoras.⁴ Dado que ele confirmaria ao apresentar uma imensa lista dos escritores dos anos 1930, todos unidos sob a égide do real nacional tornado consciente pela ação estatal: Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Afonso Arinos, Hélio Viana, Cassiano Ricardo, Mário de Andrade, Josué de Castro, o próprio Getúlio Vargas, dentre outros.

O novo modernismo era então a eclosão da realidade nacional na literatura graças à permissão governamental, ao ambiente de liberdade e segurança reinante no país de 1930. Num momento de “reconciliação do pensamento com a vida”, o realismo teria se tornado lema político e literário Como complemento à visão realista de Vargas, a realidade se descortinava para os discursos. Esta relação foi explicitada pelo próprio Rosário Fusco em outros textos, como “A Cultura e a Vida”, na seção de *Cultura Política* dedicada ao pensamento do “chefe de governo”.⁵ No artigo, o crítico amparou sua proposta numa posição filosófica que determinava o real como sendo o histórico, o tempo dos acontecimentos, mas não no sentido de eventos que revelassem a espontaneidade da ação humana, mas como irrupção de forças instintivas e desejos

³ P. 135.

⁴ Aqui o fundo de verdade era o controle exercido pelo Estado sobre a importação de papel, o que criava uma relação de dependência e troca de favores com as editoras, como a José Olympio que publicara o livro de Rosário Fusco.

⁵ *Cultura Política*. Ano 1, no 2, abril de 1941, p. 169-177.

presentes numa sociedade. Mas, ainda segundo o autor, a cultura não necessariamente daria um sentido a tais aspirações inconscientes – o caso do Brasil demonstraria a possibilidade contrária, de um total divórcio entre a realidade e o significado dos discursos. Ou seja: a cultura poderia se tornar meramente parasitária, não funcionando como consciência social ou nacional. Neste horizonte, a ação revolucionária de Vargas trouxera como novidade a união entre o “homem da cultura” e o “homem real”.

Na tessitura narrativa de Rosário Fusco teríamos então uma história de torpor e inconsciência, seguida pelo choque liberador do modernismo, complementado no sentido da conscientização da realidade pela obra de Getúlio Vargas. No mesmo texto, o crítico literário deixou bem claro qual o fundamento mais concreto da emergência do real: a “autêntica garantia de nossa segurança.” A consciência, fruto da observação e da atribuição correta de significados para a experiência, seria incompatível com o caos, a desordem ou o medo. E aqui se observe que a psicologização caminhava no sentido do postulado da equivalência entre o indivíduo e a coletividade. Os mesmos termos aplicados à biografia pessoal serviam para a história da nação. Como uma pessoa, uma nação precisaria de tranquilidade para se tornar madura, autoconsciente.

A maturidade da nação viera com a aparição de uma cultura que funcionava como sua consciência, esta elaborada pela coletividade dos intelectuais. De acordo com um dos vários editoriais de *Cultura Política*, demonstração disso era a colaboração espontânea de escritores das mais diversas opiniões políticas nas páginas da revista. O ambiente de segurança e ordem trazido por Vargas fizera com que os escritores se sentissem participantes da aventura de total desvelamento da realidade antes recalcada. Nas palavras da revista, a política tinha posto “o homem da inteligência no seu devido lugar.”⁶

Hoje, felizmente, de tal modo o trabalhador intelectual se ajusta às diretrizes da nova ordem política do Brasil, que o que faz, o que projeta ou o que, realmente, realiza, é sempre um prolongamento da vontade do Estado, porque a vontade do Estado é a vontade do povo.⁷

⁶ “A ordem política e a evolução intelectual”, in: *Cultura Política*. Ano 1, no 4, junho de 1941, p. 234.

⁷ *Idem*, p. 234.

A cultura era assim consciência no sentido de “autoconhecimento” da força social e “ciência” de suas possibilidades. A exata observação da realidade, sem mediações fictícias, dava à nação a “posse de si mesma”, numa expressão comum ao vocabulário político da época. Ou seja: saber o real tinha o efeito de controle sobre o destino, soberania política, e neste sentido liberdade – ao menos num discurso que equacionava *liberdade a conhecimento*. Mais tarde, Rosário Fusco diria que, dadas tais premissas, o líder político era um “profeta de realidades”,⁸ alguém que sabia sentir os desejos latentes das massas e lhes dava uma forma visível mediante a determinação da ordem social. E, por outro lado, que outra coisa faria um escritor, consciente de seu dever? Daí que, numa frase talvez crua, mas certamente impactante, de outro editorial da revista: “Ninguém é obrigado a escrever, mas todos escrevem.”⁹

Claro, a elaboração do significado da realidade para a consciência sempre trazia um perigo. Nas palavras de Rosário Fusco:

O traço fundamental de tudo que existe é a particularidade de um destino especial para cada ser. Por isso, a cada modo de existência corresponde um modo de vida. Mas somente ao homem cabe, no concerto das criaturas, a faculdade de assistir ao seu próprio destino. Eis porque só o homem possui *problemas*, só o homem *reconhece* o tempo, só homem *trai*.¹⁰

O perigo era a própria espontaneidade do discurso e da ação política. Talvez por isso nos textos da revista, bem como em outros discursos de uma época em que o realismo se tornou verdadeira obsessão, a palavra “realidade” raramente vinha sem a companhia de algum qualificativo. Fosse social, nacional ou histórica, a realidade não era tratada apenas como a presença nua das coisas, ou como os eventos imprevisíveis da ação. Social, a realidade era aquela que obedecia a uma lógica desvendada pela ciência (aliás, numa passagem também desconcertante, Azevedo Amaral, outro ideólogo do regime estadonovista, falara em “realidade sociológica”). Histórica, estava presa nas teias de uma filosofia evolucionista, que acreditava num processo *hegeliano* de

⁸ “História e passado”, in: *Cultura Política*, ano 1, no 8, outubro de 1941.

⁹ “Influência da ordem política sobre a evolução intelectual”, in: *Cultura Política*, ano 1, no 10, dezembro de 1941, p. 312.

¹⁰ “Realismo e bom senso”, in: *Cultura Política*, ano 2, no 15, maio de 1942, p. 99.

conscientização. Nacional, fundava-se nos lugares-comuns sobre a nação, como sua suposta mistura de raças ou sua natureza tropical. Tudo convergindo para uma realidade já construída de antemão por algum *logos*.

Ou seja, a realidade não era apenas aquilo que o Estado tornara visível, era aquilo que o Estado *deixava* ver. O imperativo, implícito nas falas de Fusco: fale qualquer coisa, mas fale sobre a realidade, não era o mesmo que simplesmente: fale qualquer coisa. E era por meio deste mecanismo que esta mesma realidade, constituída por um *logos* consciente e soberano, fazia o milagre do congraçamento entre Graciliano Ramos e Plínio Salgado, Jorge Amado e Cassiano Ricardo, José Lins do Rego e Oswald de Andrade. Afinal, na segunda fase do modernismo tivemos apenas diferentes versões sobre a mesma realidade, depois que esta foi posta a público pela iconoclastia de 1922 e pelo bom senso dos anos 1930... Com todas as diferenças e singularidades todos os escritores se encontrariam nesta última fonte de sentido: é a realidade nacional.

É bom se ter em mente, ainda, que a crítica de Rosário Fusco não estabelecia parâmetros claros para a criação literária, mas formava um tipo de leitor. A questão não era tanto a de se imporem normas para a escrita (em casos extremos, a censura estava em ação, mas todos sabem por relatos da época que os escritores desfrutavam de certa liberdade de criação...), quanto ensinar a ler, a procurar em romances ou poesias a parcela de realidade que lhes coubesse. Num horizonte de leitura assim dirigido, falar sobre a miséria social do sertão não constituía uma ameaça, uma vez que tinha sido o próprio Estado quem começara a descer aos porões da realidade nacional. Por outro lado, discutindo os desmandos de coronéis, um autor como Graciliano Ramos poderia estar apenas descrevendo um problema histórico do Brasil, o das oligarquias em fase de superação. Ou Dyonélio Machado, em *O louco do Cati*, tratando romanescamente de um caso já previsto pela criminologia.

A “realidade” dos anos 1930 e 1940 foi inventada para ocultar os conflitos da política, seu radical e constitutivo desentendimento. Quanto a nós, leitores educados na idéia de que 1922 e 1930 são datas fundadoras da literatura nacional, ou na tese de que *todos* os escritores daqueles anos eram modernistas, de primeira ou segunda fase, apenas nos damos conta de que algo ficou fora do “real” quando nos lembramos que a segurança garantida pela revolução (ou golpe, a relação entre termos e referentes em

política nunca é estável...) foi obtida pela perpetração do *terror* estatal. A ordem social, confundida com a própria realidade a ser representada nos textos literários, era constantemente forjada pelo policiamento da política, pelo recurso à violência como argumento inescapável do Estado. Ou, numa via mais pacífica, pelos instrumentos pedagógicos eleitos para a consecução da ordem social (dentre os quais, estava a literatura...).

Mas o *terror* não é a tentativa de destruição de tudo aquilo que foge ao controle dos “profetas da realidade”? Uma forma de limitar o real aos imperativos do possível, este decidido pela ciência e pela voz genial do chefe de governo? O *real* do terror, por sua vez, não pode ser mais semelhante ao mundo alucinado que nós encontramos no porão do Navio Manaus? Seu narrador não pode aparecer como um tipo de consciência dilacerada, alienada? Pode ser denominado como “realidade” um mundo que perdeu seu *logos*?

Se textos tivessem cicatrizes, toda vez que alguém lesse certos romances daqueles anos (penso em obras que, como *Vidas Secas*, trazem à tona o deserto instaurado pelo *terror*), vendo neles apenas a denúncia da pobreza e do atraso do sertão, ou um tipo particular de observação da “realidade”, estaria tocando uma ferida.¹¹ Esta, deixada como herança de nossos antepassados a nosso atual estado de emergência.

¹¹ Com o risco de cair no melodramático, escolhi esta metáfora ao me lembrar que, quando um jornal divulgou uma foto de um homem que “poderia ter sido” Herzog, e o tema da abertura dos arquivos da ditadura militar veio à tona, uma nota oficial do Exército dizia não ser conveniente “abrir velhas feridas”.